

CRÔNICAS DE UM PASSADO QUE É PRECISO REVIVER

Ernani Silva Bruno

Há algum tempo, Nogueira Moutinho publicou em a “Folha de São Paulo” oportuno artigo referindo-se às preciosas reedições de livros que vêm sendo feitas pela Editora da Universidade de São Paulo, em sua série “Reconquista do Brasil”, e pelo governo do Estado, em sua coleção “Paulística”, sugerindo ao mesmo tempo que, nesta última série, se publicassem novas edições da **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes**, de Manuel da Fonseca, o último tomo do **Santuário Mariano**, de frei Agostinho de Santa Maria, e **Manuel de Morais**, de J. M. Pereira da Silva.

Eu lembraria que problema idêntico – o da necessidade de reeditar livros raros e de difícil acesso, de que só pode dispor um ou outro requintado bibliófilo, e que no entanto deveriam estar ao alcance de estudiosos e pesquisadores – ocorre no campo da ficção paulista ou brasileira.

Quando tomei conhecimento de que o Visconde de Taunay escrevera, sob o pseudônimo de Silvio Dinarte, o romance **Mocidade de Trajano** – descrevendo cenas, costumes e tipos humanos da região de Campinas, onde estivera, na condição de engenheiro militar, a caminho de Mato Grosso, na época da Guerra do Paraguai – andei peregrinando à procura desse livro, pelas casas de livreiros e alfarrabistas. Durante muito tempo não consegui encontrar um exemplar do misterioso livro. Entre as freqüentes reedições das obras do Visconde – feitas sob a direção de seu filho, o historiador Afonso de E. Taunay – jamais vi relacionado o romance **Mocidade de Trajano**. Um encontro com o antigo diretor do Museu Paulista me deu, certa vez, a oportunidade de tentar uma informação. Perguntei-lhe se nunca pensara em incluir **Mocidade de Trajano** entre as reedições das obras de seu pai. E a resposta acabou de me desorientar: – “Deus me livre, aquilo é um livro ímpio...”

A reação do grande mestre da historiografia brasileira se tornou mais clara, para mim, quando li a biografia do Visconde escrita por Gentil de Azevedo, que diz, em nota de pé-de-página, que interpelou o historiador sobre a não reedição daquele romance. Teve a resposta de que “respeitava a idéia original do pai e por isso não tinha ânimo para alterá-la”. E que “não julgava conveniente sua divulgação por conter referências menos nobres sobre padres”.

Com muita dificuldade e quase milagrosamente, graças a meu amigo Olinto Moura, consegui algum tempo depois obter os dois volumes

do romance, assinado por Sílvio Dinarte, em edição de 1871, da Tipografia Nacional, do Rio de Janeiro. O livro não tem, literariamente, o nível de **Inocência**. “É um simples ensaio; serviu-lhe para acertar a mão que devia traçar **Inocência**”, como escreveu o crítico Artur Mota. Mas constitui interessante contribuição ao conhecimento da região campineira no começo da segunda metade do século passado, época em que o café sobrepujara ali a cana-de-açúcar como suporte da atividade de suas grandes propriedades rurais. O autor descreve, por exemplo, a casa de fazenda, assobradada, com as janelas do pavimento superior “unidas por uma varanda de ferro fundido bem lavrado” e a porta a que dava acesso uma escadaria de sete degraus “de mármore branco de Lisboa”, e cujos moradores — fazendeiros de café — poderiam contar em breve com a novidade das carruagens com “molas excelentes” e “freios para reter as rodas nas descidas”. Fala do regime de trabalho e da distribuição de tarefas entre os escravos do eito e descreve o vestuário e o penteado das mucamas e outras cativas “do movimento interno da casa”. Refere-se às competições que se teciam na disputa dos pequenos postos locais de mando. E com sua sensibilidade de homem que vivia na corte, pôde surpreender — embora através de breve estada — os tipos humanos e os costumes mais característicos de uma época dessa região do Oeste paulista sobre a qual não existe nenhuma outra reportagem, ao vivo, na literatura de ficção.

Com todo o respeito devido ao mestre Afonso de E. Taunay, é de se estranhar que ele houvesse procurado evitar que novas edições daquele romance tornassem mais acessível, aos leitores de seu tempo e de hoje, um depoimento tão curioso sobre a sociedade e os costumes do interior paulista na época da Guerra do Paraguai. Poderá dizer-se que, no caso, devem ser respeitados os escrúpulos do historiador, que condenou o livro do pai. Mas a memória do Visconde de Taunay, que o escreveu e publicou, não deve ser respeitada? Sobretudo tendo-se em vista que a História deve vasculhar todas as realidades, ainda que desagradáveis.

É assunto para ser pensado e debatido. De qualquer forma, como se trata de obra de ficção, eu faria um apelo à Academia Paulista de Letras, para que estudasse a possibilidade — ou a conveniência — da reedição de **Mocidade de Trajano**, na coleção em que aquela entidade já publicou outros dois antigos e esgotados romances paulistas, **O Urso**, de Antônio D'Oliveira, e **Madame Pommery**, de Hilário Tácito. Sem se esquecer de que, entre as obras raras da ficção paulista, existem **A Cruz de Cedro** (1854), de Antônio Joaquim da Rosa, e **O Paulista**, de Austo Rasec, que era Augusto César de Barros Cruz. Obras que, podem não ostentar um alto nível literário, mas que se revestem do mais amplo interesse histórico-literário.

No caso de **Mocidade de Trajano**, não é um romance paulista, se a conceituação dessa designação ficar mediocrementemente amarrada ao local

de nascimento do autor. Mas em qualquer hipótese será um romance inspirado na vivência de uma região de São Paulo.

Sendo muito pobre a ficção paulista ou inspirada pelo ambiente social e humano de São Paulo, no decorrer do século passado, será justo que o pouco que existe permaneça escondido e ignorado nas páginas de antigas e desaparecidas edições ?

(De Folha de São Paulo, 26-3-1981.)

*